

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	10
7	Rédito.....	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
9	Benefícios dos empregados.....	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12
11.2	Clientes e Utentes.....	13
11.3	Outras contas a receber.....	13
11.4	Diferimentos	13
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.6	Fundos Patrimoniais	14
11.7	Fornecedores	14
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.9	Outras Contas a Pagar	15
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.11	Fornecimentos e serviços externos	15
11.12	Outros rendimentos e ganhos	16
11.13	Outros gastos e perdas	16
11.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

x
B
u-
R
11/11/18
Agência
10/11/18
11/11/18

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social e Cultural do Pinhal ” é uma instituição sem fins lucrativos, criada por iniciativa da Fabrica da Igreja e ereta canonicamente por decreto do Ordinário Diocesano de Coimbra, com sede em Chã das Barreiras – Pegos, freguesia de Lousã, concelho da Lousã, distrito de Coimbra. Tem como atividade principal Apoio Social sem Alojamento para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

Integração e apoio a toda a comunidade principalmente idosos e comunidade em geral, através da valência que desenvolve no âmbito da segurança social nomeadamente de - Serviço de Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

Handwritten notes and signatures:
X
8
Lu.
P.
M. 14.
Amal
Ana de Lencastre
Porta Lousã
Pinhal

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Handwritten notes:
8
u-
R
0444-
Anexo
Anexo de contas
Banco do Pinhal
Pinhal 17 Jul

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

X 8
Vc -
P
P
A
Argoli caron
P
P
P

X 8
U-
P
PMM-
A
Angela Cereira
P. Soares
E. M. J. J.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

X 8
L
P
P
Angela Correia
Ana Paula Correia
Ana Paula Correia

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	158.207,37					158.207,37
Equipamento básico	1.830,83	454,47				2.285,30
Equipamento de transporte	16.000,00					16.000,00
Equipamento administrativo	6.902,04					6.902,04
Outros Ativos fixos tangíveis	54.764,32					54.764,32
Total	237.704,56	454,47	0,00	0,00	0,00	238.159,03
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	77.230,51	8.963,56				86.194,07
Equipamento básico	1.518,53	168,96				1.687,49
Equipamento de transporte	16.000,00	0,00				16.000,00
Equipamento administrativo	6.883,60	6,15				6.889,75
Outros Ativos fixos tangíveis	52.026,71	1.252,81				53.279,52
Total	153.659,35	10.391,48	0,00	0,00	0,00	164.050,83

X 8
 T
 R
 S
 2017
 2018
 Angelina
 Pinhal
 17/11/18

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Handwritten notes and signatures:
 Le-
 2018-
 Acord
 Rui
 17/11

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	114,26	15.881,63	0,00	124,60	18.462,14	0,00	192,28
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	114,26	15.881,63	0,00	124,60	18.462,14	0,00	198,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				15.871,29			18.394,46

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades	38.857,85	35.281,32
Quotas e joias	693,00	720,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	39.550,85	36.001,32

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
IGFSS, IP	60.960,12	59.646,60
Câmara Municipal da Lousã	0,00	0,00
IEFP	4.366,40	4.801,54
Total	65.326,52	64.448,14

Fundadores/associados/membros - em curso	1.074,00	801,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1.074,00	801,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Handwritten notes and signatures:
 X B
 U
 R
 Angelina
 António
 17/11

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	270,51	945,93
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	270,51	945,93

11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	3.577,99	6.589,62
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	3.577,99	6.589,62

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
-----------	------	------

Gastos a Reconhecer		
Seguros	570,61	1029,10
Consultoria segurança no trabalho	37,94	37,94
Total	608,55	1.067,04
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	3.669,50
Total	0,00	3.669,50

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	626,66	788,39
Depósitos à ordem	35.306,33	35.917,20
Depósitos a prazo	0,00	
Outros		
Total	35.932,99	36.705,59

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	63.201,93	0,00	0,00	63.201,93
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-10.497,63	7.667,15	0,00	-2.830,48
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	54.445,81	0,00	7.361,46	47.084,35
Total	107.150,11	0,00	7.401,15	107.455,80

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	2.954,72	2.897,83
Fornecedores títulos a pagar	0,00	
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	2.954,72	2.897,83

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
-----------	------	------

Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	723,49	692,04
Outros Impostos e Taxas	36,77	36,77
Total	760,26	728,81
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	105,84	210,97
Segurança Social	1614,64	1.772,49
Outros Impostos e Taxas	0,00	
Total	1.720,48	1.983,46

x 8
U
P
Off. Adm.
Arde Loure
Breita Loure
CPA 2018

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		459,42
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		3.324,25		7.074,86
Outros credores		9,92		307,40
Total	0,00	3.334,17	0,00	7.841,68

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	65.326,52	64.448,14
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	65.326,52	64.448,14

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	5.107,81	5.173,14
Materiais	2.174,50	1.652,22
Energia e fluidos	7.220,06	5.352,72
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	3.154,17	3.252,25
Total	17.656,54	15.430,33

x
 le-
 P
 @Hil-
 Paulo
 Angelo Lourenco
 Ambrósio Lourenco
 Elmer J. J. J.

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	3.091,62	3.027,36
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,72	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13.607,70	9.781,92
Total	16.700,04	12.809,28

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	10,21	14,67
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	43,98	67,25
Total	54,19	81,92

11.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.


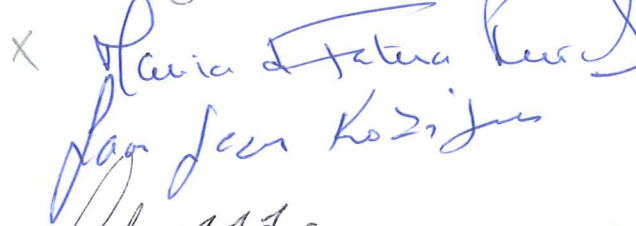
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

8

Pegos, ____ de _____ de 2019

O Técnico Oficial de Contas

A Direção


X 
Manuel dos Santos Amaral
Angele Maria Rodrigues Lourenço
Bernarda Lopes Lourenço
Eduardo T. J. Rodrigues Almeida

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DO PINHAL

RELATÓRIO DE CONTAS 2018

Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large 'X' at the top and names like 'Argde Lenc' and 'Pinhal'.

A situação financeira do Centro Social no exercício de 2018 apresenta a evolução explicitada em termos de proveitos e custos e que reflecte a actividade social, a concretização dos seus objectivos e o planeamento idealizado.

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 1.408,11 € positivos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos	
Mensalidades e Quotas	39.550,85 €
Subsídios à exploração	65.326,52 €
Outros Rendimentos e Ganhos	16.700,04 €
Rendimentos antes das amortizações do exercício	121.577,41 €
Gastos	
C.M.V.M.C. (Produtos Alimentares)	-18.394,46 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-17.656,54 €
Gastos com o pessoal	-73.672,63€
Outros gastos e perdas	-54,19€
Gastos antes das amortizações do exercício	- 109.777,82 €
Resultado antes amortizações	11.799,59 €
Amortizações no exercício	- 10.391,48 €
Imputação amortização do imobilizado existente na instituição no início de actividade em 2007 e apoio CML e Proder	+7.361,46 €
Gastos de depreciação e de amortização c/ imputação dos Subsídios	- 3.030,02 €
Resultado Líquido do período	1.408,11 €

Handwritten notes and signatures:
 U-8
 R
 Dep. A.
 Angélica
 Pinhal do Pinhal
 17/11/18

DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Mensalidades e Quotas	39.550,85 €
Serviço de Apoio Domiciliário	38.857,85 €
Quotas	693,00 €
Subsídios à exploração	65.326,52 €
IGFSS	60.960,12 €
IEFP	4.366,40 €
Outros Rendimentos e Ganhos	16.700,04 €
Serviços Sociais – cantina almoços funcionárias	3.091,62 €
Descontos pp	0,72 €
Dif. Estimativa ferias sub. ferias 2018	3.826,24 €
Donativos	2.420,00 €
Rendimentos antes das amort.do exerc.	114.215,95 €
Imputação de Subsídios p/ Investimentos amortizações)	7.361,46 €
TOTAL DOS RENDIMENTOS	121.577,41 €

DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS EXIST. VENDIDAS E CONSUMIDAS

Existências Iniciais	124,60 €
Compras	18.468,14€
Existências Finais	198,28 €
TOTAL	18.394,46 €

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Analisando o balanço, constata-se um equilíbrio da estrutura financeira, relativamente ao ano corrente.

O passivo financeiro situa-se dentro das margens normais de pagamento.

BALANÇO

<u>ACTIVO</u>		
<u>Activo não corrente</u>		<u>74.450,70 €</u>
Ativos fixos tangíveis		74.108,20 €
Investimentos financeiros		342,50 €
<u>Activo corrente</u>		<u>42.422,58 €</u>
Inventários		198,28 €
Créditos a receber		270,51 €
Estado e outros entre Públicos		760,26 €
Sócios quotas valor a receber		1.074,00 €
Outras contas a receber (CML e outros)		3.577,99 €
Diferimentos		608,55 €
Seguros pagos 2017 referentes 2018	570,61 €	
Consult.Seg.Trab.1ºT2018	37,94 €	
Caixa		626,66 €
Depósitos Bancários		35.306,33 €
Saldo bancário 31/12 (Extrato)	38.272,82 €	
Cheques por descontar	- 2.966,43 €	
<u>Total do activo</u>		<u>116.873,28 €</u>
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</u>		
<u>Fundos Patrimoniais</u>		<u>108.863,91 €</u>
Fundos		63.201,93 €
Resultados Transitados		- 2.830,48 €
Outras variações de fundos patrimoniais		47.084,35 €
Resultado Líquido do Exercício		1.408,11 €
<u>Passivo Corrente</u>		<u>8.009,37 €</u>
Fornecedores		2.954,72 €
Estado e outros entre Públicos		1.720,48 €
Retenções	105,84 €	
Segurança Social	1.614,64 €	
Outras contas a pagar		3.334,17 €
Estimativa Ferias, sub ferias func,edp,meo..	3.324,25 €	
FCT	9,92 €	
<u>Total Fundos Patrimoniais e Passivo</u>		<u>116.873,28 €</u>

Centro Social e Cultural do Pinhal

Em termos de investimento a Associação prosseguiu a política de anos anteriores, tendo adquirido no ano de 2018, máquina de secar no valor de 454,47 €.

Designação	Valores
Máquina de Secar	454,47 €
Total Equipamento	454,47 €

Handwritten notes and signatures in blue ink:
u-
D R
2018
Angela Lourenco
2018
2018-17-14

OBSERVAÇÕES:

Quotas

O valor anual das quotas é de 693,00 € em 2018 recebeu-se 420,00 €, encontra-se em dívida o valor de 1.074,00 €.

Donativos referentes a apoios da comunidade

Em 2018 foi recebido o valor de 1.420,00 €

Imputação de Amortizações referentes ao imobilizado inicial da instituição

Amortização do exercício 2018 – 10.391,48 €

Imputação da amortização do imobilizado existente na instituição no início de atividade em 2007, no valor de 5.000,00 €

Obras exteriores financiadas pelo PRODER, CML e Junta Freguesia:

Entidades	Subsídios recebidos para obras	Imputação amortizações
Proder	15.891,65 €	1.986,46 €
CML	2.000,00 €	250,00 €
Junta Freguesia	1.000,00 €	125,00 €
Totais	18.891,65 €	2.361,46 €

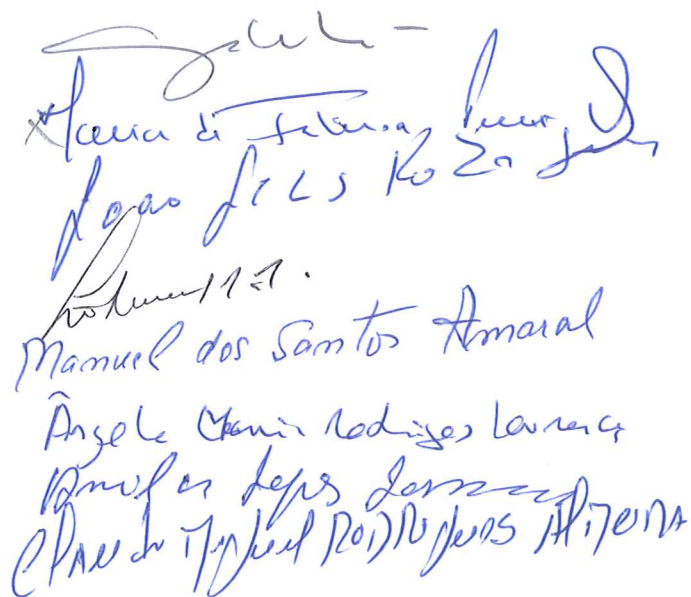
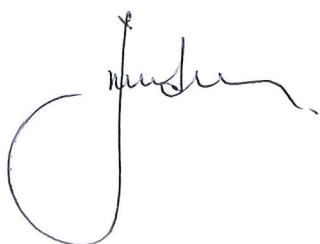
IVA a receber em 2019 referente a 2018

Em 2018 a instituição recebeu de restituição de IVA o valor de 692,02 €, em 2019 irá receber 723,49 €.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido do exercício seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

A Direcção



Manuel dos Santos Amaral
Ângelo Manuel Rodrigues Lourenço
Manuel dos Santos Lourenço
Cláudio Manuel Rodrigues Lourenço

Centro Social e Cultural do Pinhal
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		38.667,08	35.063,34
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		34.221,29	31.300,39
Pagamentos ao pessoal		47.885,61	39.845,10
Caixa gerada pelas operações		-43.439,82	-36.082,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		42.757,60	47.116,71
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-682,22	11.034,56
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		36.705,59	25.671,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período		35.932,99	36.705,59

A Direcção

O Responsável

Manuel dos Santos Amaral
Ángela Maria Rodrigues Lanerça
António Luís Lanerça
António José Rodrigues Lanerça

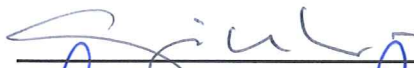
[Handwritten signature]

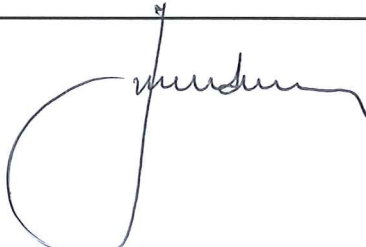
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		39.550,85	36.001,32
Subsídios, doações e legados à exploração		65.326,52	64.448,14
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		18.394,46	15.871,29
Fornecimentos e serviços externos		17.656,54	15.430,33
Gastos com o pessoal		73.672,63	63.907,44
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		16.700,04	12.809,28
Outros gastos		54,19	81,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.799,59	17.967,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		10.391,48	10.300,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.408,11	7.667,17
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,02
Resultados antes de impostos		1.408,11	7.667,15
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.408,11	7.667,15


 Manuel dos Santos Amaral
 Diretor Geral
 Centro Social e Cultural do Pinhal
 Rua da Igreja, 14
 1300-000 Pinhal Novo
 Telefone: 211 200 000
 Email: info@csscpinhal.pt



Ata número cento e trinta e oito

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil e dezanove, reuniu em Assembleia Geral Ordinária na sede do Centro Social e Cultural do Pinhal, sita em Chã das Barreiras, lugar de Pegos, concelho da Lousã, a **Direção**, constituída pelos senhores, Padre Orlando José Carrasqueira Martins, na qualidade de presidente, Maria de Fátima Pereira Simões, Ângela Maria Rodrigues Lourenço, João Francisco de Jesus Rodrigues, João de Jesus Rodrigues, Amílcar Lopes Lourenço, Manuel dos Santos Amaral e Cádio Miguel Simões Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:


Análise e aprovação das contas referentes ao exercício de dois mil e dezoito.

Após análise ao relatório de contas, apresentado pelo contabilista, que apresenta, rendimentos no total de cento e vinte e um mil quinhentos e setenta e sete euros e quarenta e um cêntimos e gastos no total de cento e vinte mil, cento e sessenta e nove euros e trinta cêntimos, o resultado do exercício cifrou-se em mil, quatrocentos e oito euros e onze cêntimos positivos, assim a Direção deliberou e aprovou por unanimidade, as contas apresentadas referentes ao exercício de dois mil e dezoito.

Mais deliberaram que o resultado líquido fosse transferido para a conta de Resultados Transitados.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida vai ser assinada por todos os intervenientes.

X


Maria de Fátima Pereira Simões
Ângela Maria Rodrigues Lourenço
Amílcar Lopes Lourenço
João Francisco de Jesus Rodrigues
Manuel dos Santos Amaral
Cádio Miguel Simões Rodrigues

Parecer do Conselho Fiscal

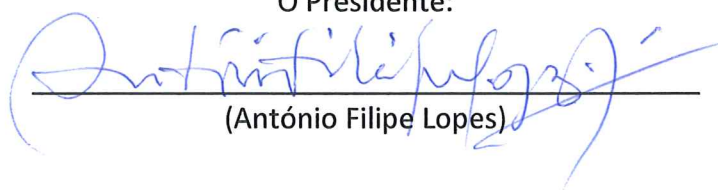
Relatório de Contas 2018

Nos termos legais estatutários, o Conselho Fiscal do Centro Social e Cultural do Pinhal, fez o acompanhamento devido, durante o exercício em apreço, de toda a atividade e gestão promovidas pela direção, da qual recebeu o apoio interessado e completo, no desempenho da sua função. Toda a documentação solicitada foi apresentada com clareza e transparência e assim foi facilitada a missão do Conselho Fiscal, pelo que elabora o seguinte parecer:

O relatório de contas apresentado, relativamente ao exercício de 2018, é aprovado, sem reservas com o resultado líquido de 1.408,11 € positivos (mil, quatrocentos e oito euros e onze cêntimos).

Pegos, 29 de Março de 2019

O Presidente:



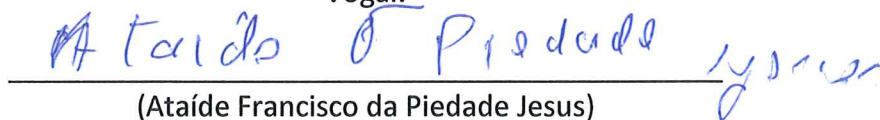
(António Filipe Lopes)

Secretário:



(Augusto Simões Rodrigues)

Vogal:



(Ataíde Francisco da Piedade Jesus)

(Augusto Simões Rodrigues)